

Bancadas no Congresso

GOVERNO DESCARTA CORRIGIR DISTORÇÃO NO CRITÉRIO DE REPRESENTATIVIDADE ANTES DO PLEBISCITO

O ministro da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, não vê qualquer possibilidade de alteração da forma de representação política que existe hoje no País, que privilegia os Estados do Norte e Nordeste em detrimento dos grandes centros urbanos. "Isto não dá para mexer, acho impossível", afirmou Bornhausen a um deputado que quis saber se, no caso de vitória do parlamentarismo, não seria necessária uma correção no atual sistema de representatividade para dar mais espaço aos Estados do Sudeste.

Embora admitindo que a forma atual de representatividade é uma herança do governo Geisel, quando a representação do Norte e Nordeste foi aumentada — juntamente com a transformação de territórios em Estados — para garantir a vitória da Arena nas eleições indiretas à Presidência, o ministro afirmou ser impossível fazer a revisão desta matéria. "Tentou-se na Constituinte, não deu. Então, sinceramente, não vejo forma de mexer com este assunto", afirmou, segundo reprodução do deputado.

Eventuais reações à forma de representatividade que possam vir, principalmente de São Paulo, onde líderes políticos e em-



Arquivo/AE

Bornhausen negocia antecipação

presariais não se conformam com a distorção criada por Geisel, não deverão ter espaço no Congresso, na avaliação feita pelo ministro Bornhausen ao deputado. A maciça presença de representantes dos Estados do Norte e Nordeste, sem contar os que vieram de Estados que antes eram territórios, daria para formar um bloco de oposição à alteração. Na avaliação do deputado que discutiu o assunto com o ministro, a feição parlamentarista do governo Collor não pretende fomentar qualquer discussão sobre a representatividade antes, durante ou depois da pro-

posta que está apoiando de um regime de gabinete.

Ontem, Bornhausen disse ao senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) que a proposta de antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo é vantajosa para presidencialistas e parlamentaristas e não entende porque ainda não foi feito um acordo em torno do substitutivo do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). "O importante é que exista um espaço de tempo entre o plebiscito e as eleições presidenciais de 1994", disse Bornhausen. A Constituição marcou o plebiscito para 7 de setembro de 1993.

"No Bornhausen nós confiamos", observou o senador José Richa (PSDB-PR), comentando que não pensa o mesmo do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que bombardeou a última votação de antecipação do plebiscito, sobre sua emenda. "Eu não aceito conversar com o presidente, muito menos com o ministro Passarinho. Mas se o governo, por intermédio do Bornhausen, comprometer-se com o parlamentarismo, o PSDB acredita na reabertura do diálogo, assumindo o compromisso de apoiar as propostas do governo que entender do interesse do País", disse Richa.

A representatividade deformada				
Estados	Porcentagem da população brasileira	Número atual de deputados	Número ideal de deputados	Número em discussão no Congresso
Acre	0,27	8	1	8
Amazonas	1,33	8	7	8
Amapá	0,17	8	1	8
Pará	3,33	17	16	19
Rondônia	0,73	8	4	8
Roraima	0,08	8	—	8
Tocantins	0,64	8	3	8
Total Região Norte	6,55	57	32	59
Alagoas	1,61	9	8	9
Bahia	7,81	39	39	44
Ceará	4,31	22	21	24
Maranhão	3,45	18	17	19
Paraíba	2,16	12	11	12
Pernambuco	4,90	25	24	27
Piauí	1,77	10	9	10
Rio Grande do Norte	1,54	8	8	9
Sergipe	0,94	8	5	8
Total Região Nordeste	28,50	151	142	162
Espírito Santo	1,68	10	8	10
Minas Gerais	10,53	53	52	61
Rio de Janeiro	9,40	46	46	52
São Paulo	22,01	60	109	70
Total Região Sudeste	43,63	169	215	193
Distrito Federal	1,24	8	6	8
Goiás	2,58	17	13	17
Mato Grosso	1,15	8	6	8
Mato Grosso do Sul	1,19	8	6	8
Total Região Centro-Oeste	6,17	41	31	41
Paraná	6,08	30	30	35
Santa Catarina	2,97	16	15	17
Rio Grande do Sul	6,10	31	30	36
Total Região Sul	15,15	77	75	87
Total Brasil	100,00	503	503	550